

UNIMED DE DRACENA

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2024 e 2023

CONTEÚDO:

- Relatório da Administração
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Notas Explicativas

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no item 6.3.7, do Anexo I, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528, de 29 de abril de 2022, a **UNIMED DE DRACENA – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 501, bairro Centro, CEP 17.900-000, no município e comarca de Dracena, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 68.204.486/0001-13, com registro na ANS sob o nº 31478-1, apresenta seu Relatório de Administração, exercício 2022, conforme segue.

A) POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE LUCROS / SUPERÁVITS / SOBRAS

Conforme legislação cooperativista será colocado à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada no dia 25/02/2025 a sobra contábil no valor de R\$ 2.667.183,00 (Dois milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e três reais).

B) NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS INTERNOS E/OU EXTERNOS QUE TIVERAM INFLUÊNCIA NA “PERFORMANCE” DA SOCIEDADE/ ENTIDADE E/OU NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os principais fatores que implicaram no resultado foram:

- 1) Aumento de 12,29 % no faturamento da cooperativa em decorrência dos reajustes aplicados nos planos coletivos e comercialização de novos planos de saúde.
- 2) Manutenção da sinistralidade em 71%, muito baixo da média de mercado, em função do controle de desperdícios nos custos assistenciais.
- 3) Baixo índice de reclamações judiciais com impacto nos resultados.
- 4) Crescimento das despesas administrativas para melhoria da gestão com foco em resultados e automação de processos.

C) REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS E/OU ALTERAÇÕES DE CONTROLE DIRETO OU INDIRETO

Em relação ao quadro societário, no ano de 2024 houve 06 admissões e 02 desligamentos de cooperados.

D) PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA O(S) EXERCÍCIO(S) SEGUINTE(S)

Os principais aspectos estão contemplados no planejamento estratégico aprovado pela diretoria executiva para a gestão 2025 a 2028 e que contempla os seguintes tópicos:

1. Manutenção da sustentabilidade econômica da Cooperativa, com sustentação dos processos implantados e boas práticas de Governança.
2. Manutenção do retorno aos Cooperados em termos de remuneração, com foco na qualidade dos serviços aos nossos beneficiários.
3. Estudos e cálculos para ampliação de serviços próprios.
4. Análises para expansão mercadológica na região com possíveis parcerias estratégicas de mercado.

E) DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS, OBJETIVO, MONTANTES E ORIGENS DOS RECURSOS ALOCADOS, INCLUSIVE AQUELES VOLTADOS AOS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE

- 1) Investimento em tecnologia: R\$ 568.074,00.
- 2) Investimento na ampliação do Pronto Atendimento para Hospital Dia envolvendo infraestrutura, mobiliário e equipamentos R\$ 2.435.830,00.

F) RESUMO DOS ACORDOS DE ACIONISTAS

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.



**G) DECLARAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE FINANCEIRA E A INTENÇÃO DE
MANTER, ATÉ O VENCIMENTO, OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
CLASSIFICADOS NA CATEGORIA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO**

O tipo de aplicação, mantidas até o vencimento, não é praticado pela operadora.

H) EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.

**I) INVESTIMENTOS DA COMPANHIA EM SOCIEDADES COLIGADAS E
CONTROLADAS E MENCIONAR A MODIFICAÇÕES OCORRIDAS DURANTE O
EXERCÍCIO**

A Operadora não possui controlada e coligada.

J) - DECLARAÇÃO E NÃO OCORRÊNCIA DE OPERAÇÕES SUSPEITAS

No ano anterior não houve ocorrência de operações suspeitas ou as operações suspeitas identificadas no exercício foram informadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), conforme determina o Inciso III, do artigo 11, da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

Dracena, 31 de dezembro de 2024.



Dra. Paula Erika Osaki da Fonseca
Diretora Presidente



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Senhores Administradores da

UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

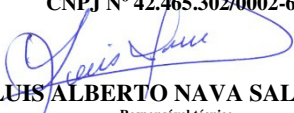
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2025.

WALTER HEUER - WH AUDITORES INDEPENDENTES

CVM Nº 8710 CRC - RJ 319/O S 8 MG

CNPJ Nº 42.465.302/0002-66



LUIS ALBERTO NAVA SALAZAR
Responsável técnico
CONTADOR CRC - RJ - 034860/O

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

ATIVO	Nota	SALDO EM 31/12/2024	SALDO EM 31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		27.308.326	27.885.865
Disponível		77.185	36.769
Realizável		27.231.141	27.849.096
Aplicações Financeiras	5	21.317.082	22.314.628
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		3.839.614	6.851.242
Aplicações Livres		17.477.468	15.463.387
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	1.801.206	2.077.665
Contraprestação Pecuniária a Receber / Prêmio a Receber		825.128	1.230.273
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		124.191	121.985
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		609.775	515.006
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		242.112	210.401
Créditos de Oper. De Assist. à Saúde Não Relacionados Planos de Saúde da Operadora	7	1.278.840	1.022.346
Créditos Tributários e Previdenciários		1.611.078	1.255.701
Bens e Títulos a Receber	8	1.192.816	1.122.092
Despesas Antecipadas		-	19.315
Conta Corrente com Cooperados		30.119	37.348
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.808.893	8.692.863
Realizável a Longo Prazo		882.054	850.753
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	882.054	850.753
Investimentos		2.380.648	1.808.046
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		2.380.648	1.808.046
Participações em Outras Sociedades	10	2.380.648	1.808.046
Imobilizado	11	8.488.854	5.922.737
Imóveis de Uso Próprio		4.229.221	4.436.119
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		4.176.562	4.383.460
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		52.659	52.659
Imobilizado de Uso Próprio		2.455.869	1.087.758
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		1.398.792	714.881
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		1.057.077	372.877
Imobilizações em curso		1.413.105	42.141
Outras Imobilizações		56.688	65.416
Direito de Uso Arrendamentos		333.971	291.304
Intangível	12	57.337	111.327
TOTAL DO ATIVO		39.117.219	36.578.728

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)

PASSIVO	Nota	SALDO EM 31/12/2024	SALDO EM 31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		9.461.960	11.558.974
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	3.776.673	3.859.527
Provisões de Prêmios / Contraprestações		296.889	598.494
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		201.147	203.638
Provisão de Insuficiência de Prêmios		-	261.704
Provisão para Remissão		95.742	133.152
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		21.029	25.366
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.111.442	1.222.421
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		2.146.368	1.728.165
Outras Provisões Técnicas		200.945	285.082
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14	291.289	510.748
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		32.027	6.610
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		247.435	501.989
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		11.827	2.149
Débitos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos Saúde da Operadora	15	1.006.650	852.228
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	1.607.783	1.187.039
Débitos Diversos	17	2.779.565	5.149.432
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.584.007	6.440.340
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	27.536	41.776
Provisão para Remissão		27.536	41.776
Provisões		8.286.684	6.132.990
Provisões Judiciais	18	8.286.684	6.132.990
Débitos Diversos		269.787	265.574
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	21.071.252	18.579.414
Capital Social		10.822.178	9.925.161
Reservas		7.581.891	6.213.664
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		7.581.891	6.213.664
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		2.667.183	2.440.589
TOTAL DO PASSIVO		39.117.219	36.578.728

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

	Nota	SALDO EM 31/12/2024	SALDO EM 31/12/2023
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		37.261.100	33.182.428
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		38.817.773	34.441.408
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		38.504.420	33.959.076
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		313.353	482.332
Receita com Administração		-	-
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.556.673)	(1.258.980)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(26.723.368)	(23.315.399)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(26.305.166)	(23.975.024)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(418.202)	659.625
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		10.537.732	9.867.029
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		195.674	115.817
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		6.879.943	6.319.640
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		590.866	360.622
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		1.852.072	2.347.588
Outras Receitas Operacionais		4.437.005	3.611.430
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(39.711)	(36.305)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(4.180.023)	(6.007.981)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(3.963.483)	(5.835.707)
Provisão para Perdas sobre o Crédito		(216.540)	(172.274)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relac. c/Pl. de Saúde da OPS		(3.905.171)	(3.966.205)
RESULTADO BRUTO		9.488.443	6.291.995
Despesas de Comercialização		(39.789)	(38.569)
Despesas Administrativas	20	(7.954.969)	(6.802.370)
Resultado Financeiro Líquido	21	1.289.657	3.301.559
Receitas Financeiras		2.535.457	4.181.185
Despesas Financeiras		(1.245.800)	(879.626)
Resultado Patrimonial		307.500	39.974
Receitas Patrimoniais		342.834	42.193
Despesas Patrimoniais		(35.334)	(2.219)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		3.090.842	2.792.589
Imposto de Renda		(357.936)	(206.667)
Contribuição Social		(137.497)	(83.040)
Participações sobre o Lucro		(40.000)	(40.000)
RESULTADO LÍQUIDO		2.555.410	2.462.882

UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)

	<u>31/12/2024</u>
Resultado Líquido do Exercício 2024	<u>2.555.410</u>
Reversão do RATES/FATES	495.084
Reserva legal 10%	(255.541)
RATES/FATES 5%	(127.770)
RATES/FATES Estatutário	-
RESULTADOS ABRANGENTES	<u>2.667.183</u>

UNIMED DE DRACENA COOP. DE TRAB. MEDICO									
CNPJ - 68.204.486/0001-13									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO									
(VALORES EM R\$ 1)									
	Capital Social	Reservas					Contingências Regulatórias	Sobras	Total
		Legal	RATES	Contingências	Investimento	Manutenção do PA			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.070.170	3.627.593	258.135	519.453	500.000	74.442	435.043	776.704	18.261.540
Deliberação da AGO:									
Incorporação de sobras no capital								-	-
Distribuição de sobras								-	-
Destinação de sobras para reserva			300.000		476.705			(776.704)	1
Capitalização com juros sobre capital	723.334								723.334
Destinação para Fundo UTV									-
Destinação Inadimplência Reajuste ANS									-
Integralização de capital por admissões	33.333								33.333
Baixas de capital	(2.901.676)								(2.901.676)
Utilização da RATES			(411.063)					411.063	-
Reversão do Fundo						(74.442)	(435.043)		(509.485)
Reversão Reserva Inadimplência Reajuste ANS									-
Distribuição antecipada de sobras									-
Sobra líquida do exercício								2.462.882	2.462.882
Constituição de reservas legal e estatutárias				509.485					509.485
Reserva legal 10%		238.768						(238.768)	-
RATES 5%			119.384					(119.384)	-
Fundo de Ass. Técnica, Educacional e Social			75.204					(75.204)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.925.161	3.866.361	341.660	1.028.938	976.705	-	-	2.440.589	18.579.414
Deliberação da AGO:									
Incorporação de sobras no capital								-	-
Distribuição de sobras								(960.589)	(960.589)
Destinação de sobras para reserva			480.000		1.000.000			(1.480.000)	-
Capitalização com juros sobre capital	596.084								596.084
Destinação para Fundo UTV									-
Destinação Inadimplência Reajuste ANS									-
Integralização de capital por admissões	300.932								300.932
Baixas de capital									-
Utilização da RATES			(495.084)					495.084	-
Reversão do Fundo									-
Reversão Reserva Inadimplência Reajuste ANS									-
Distribuição antecipada de sobras									-
Sobra líquida do exercício								2.555.410	2.555.410
Constituição de reservas legal e estatutárias									-
Reserva legal 10%		255.541						(255.541)	-
RATES 5%			127.770					(127.770)	-
Fundo de Ass. Técnica, Educacional e Social								-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.822.178	4.121.902	454.346	1.028.938	1.976.705	-	-	2.667.183	21.071.252

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

	SALDO EM 31/12/2024	SALDO EM 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	54.716.935	50.792.448
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	103.515.803	63.249.399
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	2.313.948	1.561.203
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.135.204	3.924.487
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(33.641.633)	(29.181.771)
(-) Pagamento de Comissões	(33.331)	(39.059)
(-) Pagamento de Pessoal	(4.885.855)	(3.081.101)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(443.174)	(371.549)
(-) Pagamento de Participações em Resultados	(1.450.952)	(594.400)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(426.067)	(314.949)
(-) Pagamento de Tributos	(7.882.222)	(3.427.634)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(123.866)	(24.088)
(-) Pagamento de Aluguel	(153.914)	(101.214)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(98.836)	(113.904)
(-) Aplicações Financeiras	(98.682.293)	(69.298.141)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(11.870.426)	(12.007.771)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.989.321	971.956
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(2.106.231)	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(897.673)	(197.343)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.003.904)	(197.343)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	55.000	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	(761.955)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	55.000	(761.955)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	40.417	12.658
CAIXA SALDO INICIAL	36.769	24.111
CAIXA SALDO FINAL	77.186	36.769
Ativos Livres no Início do Período	15.500.156	8.476.007
Ativos Livres no Final do Período	17.554.653	15.500.156
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	2.054.497	7.024.149

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed de Dracena Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), sediada em Dracena SP, contava com 80 cooperados no fim de 2024, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com uma unidade de farmácia localizada no município de Dracena SP, onde atende exclusivamente seus funcionários, cooperados e beneficiários. Em janeiro de 2014, a Cooperativa inaugurou seu pronto atendimento beneficiando seus usuários e demais beneficiários de outros convênios e particulares.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS, sob o nº 31.478-1.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras de 2023 e de 2022 estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa — sendo a última, RN nº 528 de 06 de maio de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 10 de fevereiro de 2024 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das Demonstrações Financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Cooperativa não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2024 e 2023.

3.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa — disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- > Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 521/2022 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- > Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.2 Ativos financeiros

Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e outros créditos.

Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores

e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis, débitos de operações de assistência à saúde e outras contas a pagar.

4.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (impairment) estão determinados por Resolução Normativa conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos originados dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Cooperativa e sua unidade de farmácia e serviços próprios: Pronto Atendimento.

4.6 Investimentos

Representados basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica avaliados pelo custo.

4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente pela infraestrutura administrativa e hospitalar, máquinas e equipamentos, inclusive hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	<u>Taxa de depreciação</u>
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Outras imobilizações	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.8 Ativos intangíveis — software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por impairment entre essa diferença.

4.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

Os valores dos dispêndios com pessoal estão demonstrados na nota 21.

4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 13. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

(I) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas - PPCNG

É constituída conforme previsto na RN nº 314/12 da ANS e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Cooperativa para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(II) Provisão para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por Resolução Normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

(III) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(IV) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados — PEONA

É calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos.

(V) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.

4.12 Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (impairment) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- > Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- > Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- > Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.16 Ingresso operacional

Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na **nota 13**.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

Atos cooperativos

São segregados em atos cooperativos e atos não cooperativos, para fins de apuração de incidência tributária aplicável à sociedade. Os Atos Cooperativos correspondem aos serviços praticados entre as Cooperativas e seus cooperados e pelas Cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5764, art.79). Os Atos não cooperativos refletem as operações realizadas por prestadores não cooperados.

Ingressos financeiros e dispêndios financeiros

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado, através do método dos juros efetivos.

Os dispêndios financeiros abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social — Correntes

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2024	2023
CDB - Pós-fixado	0	3.716.043
Fundo dedicado ao setor de saúde suplementar	3.869.614	3.135.199
Garantidoras de provisões técnicas	3.869.614	6.851.242
CDB DI Pós-fixado	17.477.467	15.463.387
Livres	17.477.467	15.463.387
Total	21.317.081	22.314.629

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 521/2022 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

6. CREDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2024	2023
Contraprestações pecuniárias	885.175	1.277.799
- Provisão para perdas sobre créditos — PPSC (i)	(60.047)	(47.526)
	825.128	1.230.273
Participação de Beneficiários	124.191	121.985
Operadoras de planos de assistência à saúde	609.775	515.006
Outros créditos de operações com planos de assist. a saúde (ii)	242.112	210.401
Total	1.801.206	2.077.665

(i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

(ii) Os valores referem ao Fundo de Custeio junto a Unimed FESP cujo objetivo é para suprir com eventuais eventos assistenciais de alto custo.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Cooperativa não mantém nenhum título como garantia.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE OPERADORA

Descrição	2024	2023
Intercâmbio a receber — atendimento eventual	1.278.840	1.022.346

Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Descrição	2024	2023
Estoques (i)	842.338	791.526
Títulos a receber	278.021	296.412
Adiantamentos	81.822	42.866
- Provisão ara perdas sobre créditos — PPSC	(9.365)	(8.712)
Total	1.192.816	1.122.092

(i) Estoque de medicamentos disponível para comercialização na farmácia e utilização no Pronto Atendimento.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Descrição	2024	2023
Depósitos judiciais — Ressarcimento ao SUS (i)	0,00	0,00
Processos Receita Federal do Brasil (ii)	882.054	850.753
Total	882.054	850.753

(i) Trata-se de depósitos judiciais realizados sobre Guias de Recolhimento da União (GRU), que estão cobradas e contestadas judicialmente, referente ao ressarcimento de despesas assistenciais com beneficiários de planos de saúde da Cooperativa, ocorridas na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O montante devido está registrado no passivo circulante, **nota 13**.

(ii) A Cooperativa está contestando judicialmente a exigibilidade de tributos. Os montantes em discussão estão representados por valores atualizados, correspondidos no passivo não circulante, **nota 18**.

10. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Unimed do Estado de São Paulo Federação	414.657	288.348
Federação Intrafederativa Centro Oeste Paulista	1.464.621	1.464.497
Central Nacional Unimed	426.142	44.254
Banco Sicredi – quota capital	4.263	902
Federação Unimed Estado São Paulo - Escrow	22.472	9.546
Banco Sicoob - Quota Capital	657	500
Banco Sisprime	1.080	0
Fundo Nominal Para Recomp. Do PL Ajustado	49.756	0
Total	2.380.648	1.808.046

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para impairment, quando aplicável.

11. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2023	Aquisições	Baixas	31/12/2024
Custo corrigido				
Terrenos	742.359	0,00	0,00	742.359
Edificações	6.120.866	0,00	0,00	6.120.866
Instalações	29.279	0,00	0,00	29.279
Máquinas e equipamentos	1.814.599	687.390	34.723	2.467.267
Móveis e utensílios	551.090	377.476	9.783	918.782
Computadores e periféricos	370.430	568.074	137.481	801.022
Veículos	92.500	0,00	28.000	64.500
Outras imobilizações	189.926	1.370.964	0,00	1.560.891
	9.911.049			12.704.966
Depreciação acumulada				
Edificações	-2.427.106	206.899		-2.634.005
Instalações	-16.360	1.067		-17.427
Máquinas e equipamentos	-1.030.670	89.310	3.578	-1.116.402
Móveis e utensílios	-347.219	32.911	9.225	-370.905
Computadores e periféricos	-339.507	33.880		-305.627
Veículos	-36.385	6.235	28.000	-14.620
Outras imobilizações	-82.369	11.884		-91.097
	-4.279.616			-4.550.083
	5.631.433			8.154.883

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2024 e de 2023, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

De acordo com as normas do CPC 06 que trata sobre arrendamentos, o objetivo do CPC 06 é estabelecer critérios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento pelos arrendatários e arrendadores em suas demonstrações financeiras.

Descrição	31/12/2023	Adições	Depreciações	31/12/2024
Direito do Uso de Arrendamento	291.304	191.061	148.393	333.971

	31/12/2023	31/12/2024
TOTAL DO IMOBILIZADO	5.922.737	8.488.854

12. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Softwares aplicativos e	878.158		102.245	775.913
(-) Amortização acumulada	-766.831	50.359	98.614	-718.576
Total	111.327			57.337

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA Á SAÚDE

Descrição	2024	2023
Provisão de prêmios/ contraprestações	296.889	598.494
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha — PPCNG	201.147	203.638
Provisão de Insuficiência de Prêmios		261.704
Provisão para remissão	95.742	133.152
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	21.029	25.366
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	1.111.442	1.222.421
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.146.368	1.728.165
Outras Provisões Técnicas	200.945	285.082
Circulante	3.776.673	3.859.527
Provisão para remissão	27.536	41.776
Não circulante	27.536	41.776
	3.804.209	3.901.303

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.11.

A ANS, por meio de Resolução Normativa, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas — PPCNG, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na **nota 24**.

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na **nota 5**, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB e quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2024	2023
Receita Antecipada de Contraprestações (i)	32.027	6.610
Operadoras Plano Assistência Médico (Hospitalar (ii)	247.435	501.989
Outros Débitos de Operações com Plano de Saúde (iii)	11.827	2.149
Total	291.289	510.748

- (i) São registrados os valores recebidos antecipadamente referente mensalidades de pessoas físicas.
- (ii) São registrados os valores referentes a contabilização do intercâmbio de corresponsabilidade cedida.
- (iii) São registrados os valores destinados aos fundos de custeio.

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIAS À SAÚDE

Descrição	2024	2023
Débitos de Prestação de Serviços/ Intercâmbio (i)	1.006.650	852.228

- (i) Débitos originados das transações de intercâmbio eventual.

16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ A RECOLHER	357.936	206.667
CSLL A RECOLHER	137.497	83.040
FGTS	32.619	27.545
INSS	188.318	163.236
IRRF	745.139	546.523
PIS/COFINS/CSLL retidos	31.816	28.205
ICMS	2.480	1.180
COFINS	65.217	56.807
PIS	10.501	9.231
Contribuição sindical	-	-
ISS	31.840	64.605
Total	1.607.783	1.187.039

17. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Obrigações com pessoal	502.753	443.783
Fornecedores (i)	798.297	717.142
Outros débitos a pagar	-	716
Passivo de Arredondamentos – Valor Presente	198.299	131.728
Juros sobre capital próprio (ii)	1.107.361	596.084
Capital Social a pagar	31.376	3.135.152
Outros	141.479	124.827
Total	2.799.565	5.149.432

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar a fornecedores de materiais e medicamentos farmacêuticos, que estão disponibilizados na farmácia para comercialização e utilização no pronto atendimento.
- (ii) Juros sobre capital próprio calculado à taxa de **10,22%** sobre o capital de cada cooperado em 2024.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Encontram-se em questionamento ações na área tributária. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

Descrição Tributária	2024	2023
IRPJ (i)	882.054	850.753
ANS — Taxa saúde suplementar	-	77.029
ISS (ii)	4.081.300	5.017.298
Cível (iii)	126.140	88.675
Provisão Para Piso de Enfermagem	-	98.597
Provisão de IRPJ e CSLL anos anteriores (iv)	3.197.190	-
Total	8.286.684	6.132.990

Adicionalmente, a Cooperativa possui depósitos judiciais registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante **nota 9**.

- (i) A Cooperativa sofreu auto de infração e imposição de multa lavrado pela Receita Federal relativo ao não pagamento do IRPJ correspondente aos anos base de 1995 a 1998. A Administração da Cooperativa suportada pela assessoria jurídica entende que as possibilidades de ganho são remotas, tendo em vista que o valor de depósito judicial já foi até mesmo levantado pelo Judiciário, sendo assim a chance de ganhos do processo é praticamente nula.
- (ii) Definida base de cálculo ISS conforme descrita na legislação municipal. A operadora vem recolhendo ISS e mantém provisionado valores de exercícios anteriores.
- (iii) Além desse valor constituído a Cooperativa discute ações cíveis no montante de R\$ 357.231,48 (R\$ 343.192,48 em 2022), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2022 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.
- (iv) Valor referente a provisão de risco de possível autuação fiscal em virtude de não segregação dos atos cooperativos no ano de 2019, 2020 e 2021.

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas as revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social de **R\$ 10.822.178** é formado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. O quadro de cooperados da Cooperativa **em 31 de dezembro de 2024 é de 80**. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- > 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- > 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social — RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;
- > outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

Reserva para desenvolvimento

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em exercícios anteriores foi deliberado a constituição da reserva para desenvolvimento, cuja finalidade é a retenção do valor para compra dos equipamentos e manutenção da unidade de pronto atendimento.

Reserva para manutenção do pronto atendimento (PA)

Em Assembleia Geral realizada em 2015, foi deliberada a constituição da reserva para manutenção do PA (Pronto Atendimento).

Reserva para contingências regulatórias

Tem por finalidade a proteção da Cooperativa frente as exigências da regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Resultado à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias e legais ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2024	2023
Pessoal	-3.245.656	-2.728.924
Honorários diretoria e conselho	-1.088.567	-743.104
Serviços de terceiros	-1.159.546	-963.561
Localização e funcionamento	-1.607.078	-1.548.220
Publicidade e propaganda	-139.288	-107.566
Tributos	-140.972	-146.409
Diversas	-573.862	-564.586
Total	-7.954.969	-6.802.370

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2024	2023
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.314.649	1.941.033
Juros por recebimentos em atraso	107.339	55.997
Descontos obtidos	21.206	30.989
Outras receitas	92.263	2.153.166
Dispêndios financeiros	2.535.457	4.181.185
Juros e multa	-2.886	-5.542
Descontos concedidos	-5.770	-8.029
Juros sobre capital próprio	-1.106.027	-770.185
Despesas bancárias	-113.171	-75.745
Outras despesas	-17.946	-20.124
	-1.245.800	-879.625
Total	1.289.657	3.301.559

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição para o mesmo cargo, já para o Conselho Fiscal o mandato é de 1 ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

Descrição	2024			2023		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Conta Corrente de Cooperados	30.119			37.348		
Remuneração dos Administradores e Conselhos			1.088.567			743.104
Produção Médica			12.212.681			10.133.884

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ATIVOS GARANTIDORES ANS

23.1 Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira que identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Valor Contábil	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponível	77.185	36.769
Aplicações Financeiras	21.317.082	22.314.628
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	1.801.207	2.077.665
Créditos de op. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	1.278.840	1.022.346
Bens e títulos a receber	255.201	330.565
Total	25.706.609	25.781.973

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota **4.4**.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Cooperativa possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata (exceto as aplicações garantidoras da ANS) e de baixo risco.

Para avaliação do risco de liquidez a Cooperativa se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(I) Recursos próprios mínimos

Consideram-se Recursos Próprios Mínimos o limite do patrimônio líquido que deverá ser observado pelas Operadoras de Planos de Saúde (OPS), a qualquer tempo, de acordo com os critérios de Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência. A Resolução Normativa ANS nº 451, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE), define os ajustes por efeitos econômicos no patrimônio das OPS a ser considerado para fins de adequação às regras de Recursos Próprios Mínimos (Patrimônio Líquido Ajustado — PLA) e Margem de Solvência.

O Patrimônio líquido ajustado em **31 de dezembro de 2024 é de R\$ 21.071.252 (R\$ R\$ 19.482.231 em 2023).**

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.

24. COBERTURA DE SEGURO

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

Dracena/SP, 31 de dezembro 2024.